

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades...

É interessante quando paramos um pouco e olhamos para trás e nos recordamos do que não há muito tempo se passava ou se passou e o que se está a passar. Porém, sempre com uma visão técnica e, quanto muito, a visão de um simples cidadão preocupado e que manifesta essa sua preocupação, sem qualquer intenção ou ambição política, ou de qualquer outra natureza, que não seja a expressão de uma preocupação justificada.

Tem-se constatado em várias situações e ocasiões ao longo do tempo, que quando o poder local é envolvido no desenvolvimento de projectos portuários, os quais podem ter influência nas áreas que administram, sejam elas adjacentes ou não, tudo parece correr muito bem.

Temos como exemplos positivos o caso de Sines, com a sua sempre excelente relação com a Câmara Municipal, não havendo evento daquele porto em que o Município não esteja presente. O caso de Leixões, com as recentes intervenções do Presidente da Câmara do Porto enaltecendo o interesse daquela infra-estrutura portuária para toda a Região Norte e chamando a atenção para as suas limitações e necessidades de investimento. Mesmo o caso do Barreiro com um grande empenho em desenvolver um terminal portuário na sua zona ribeirinha, tendo demonstrado um louvável trabalho e esforço de divulgação do projecto pelos vários sectores de actividade do seu município, e não só, inclusive pela população, explicando o que se pretende e certamente com o objectivo de captar não apenas o seu interesse, mas sobretudo o seu apoio, evitando que esta se oponha a um projecto desta natureza. Existindo muitos mais casos de franca cooperação com o poder local com sucesso, não sendo possível enumera-los na totalidade.

Como exemplos negativos temos o caso do Município de Almada, que promoveu uma campanha junto da população contra o desenvolvimento de um novo terminal na Trafaria, estando ainda muito por explicar, ou mesmo da Câmara de Lisboa que esteve “quase” sempre contra o desenvolvimento da actividade portuária, de carga, na margem Norte do Tejo, tendo constantemente reclamado a posse de zonas ribeirinhas para, em alguns casos, as passar depois para a alçada do Turismo.

Todos estes exemplos, positivos e negativos, podem levar-nos a concluir pela existência de um denominador comum. O poder local tem demonstrado uma crescente influência no desenvolvimento de projectos portuários, ou de desenvolvimento dos portos, nas áreas adjacentes aos seus municípios, o que deverá levar a pensar-se na eventual necessidade de uma remodelação do modelo de gestão dos portos, trazendo cada vez mais os

municípios a participar na sua gestão, não obstante ser necessário ter sempre em mente que um porto, seja ele qual for, terá sempre um interesse nacional, evitando que se caia no erro de ser visto apenas numa óptica local ou regional, não sendo, sem dúvida, uma tarefa fácil de gerir com os municípios.

Os problemas que por vezes surgem, na maior parte dos casos, estão relacionados com as agendas políticas de quem está à frente de cada entidade, seja ela do poder central como do poder local.

Frequentemente o que interessa é aparecer com trabalho feito ou impedir que algo que não agrada à população local se realize, com o objectivo principal de ganhar as próximas eleições e dessa forma continuar no poder ou garantir o emprego de “político profissional”, colocando num outro patamar, bem mais abaixo, o interesse nacional e o que é de facto melhor para o país e a sua economia, independentemente das consequências políticas pessoais que daí advenham, não sendo justificação o facto de determinado compromisso ter sido mencionado ou referido na campanha, pois muitas vezes se vêem políticos, e alguns destes em cargos de responsabilidade governativa ou em empresas públicas, a desdizerem depois o que disseram antes.

Assistiu-se, a quem na altura estava na oposição e planeava a eventual possibilidade de vir a constituir Governo, a assumir-se contra, por exemplo, o possível Terminal de Contentores do Barreiro, e depois de estar no Governo já ser a favor. Não querendo com isto dizer que não se possa mudar de opinião, mas assim em tão pouco tempo e sem terem existido mudanças de pressupostos que o justificassem, não deixa de ser um pouco estranho.

Com este tipo de situações gera-se a dúvida sobre a seriedade das palavras e opiniões de quem tem ou pode vir a ter funções públicas, devendo ser pessoas cuja ética deveria estar bem acima de tudo, e o facto de deter “o poder” não ser um instrumento ditatorial, mas sim uma ferramenta de trabalho a ser usada de forma séria e eficaz, com o objectivo de procurar o bem comum de um país, estabelecendo diálogos, escutando pareceres e encontrando consensos, unindo as questões técnicas, o saber e a razão, com os objectivos económicos de desenvolvimento sustentado de um eventual programa político. As alterações de estratégias de sucessivos governos, na chamada saudável alternância democrática, ou mesmo de uma mesma área política, que no antes dizia uma coisa e no após diz outra, não permite aos investidores fazer, com a necessária confiança, os seus planos a longo prazo, principalmente em investimentos nos portos, os quais são de longo ou longuíssimo prazo, devido ao volume de capital envolvido.

Com tanto investimento programado para os portos (2,1 a 2,5 mil milhões de Euros), sendo na sua maioria de origem privada (83%), quem serão os privados que com confiança

investirão em projectos desta natureza, de capital intensivo, sem terem garantias de que ao longo do tempo, seja com que governo for, não haverão alterações que venham modificar os pressupostos em que foram realizados? Como por exemplo o surgimento de mais um terminal quando existe ainda capacidade instalada disponível?

Toda esta situação e evolução ao longo do tempo leva-nos a reflectir se de facto algo está a mudar ou se tudo se mantém como sempre. Apenas como promessas, discursos e opiniões que depois são alteradas, levadas pelo vento ou pelo esquecimento, tendo como resultado final uma mudança do ser e da confiança.

por João Soares

NOTA: Por opção do articulista não foram utilizadas as regras do novo acordo ortográfico

Por:

Fonte: